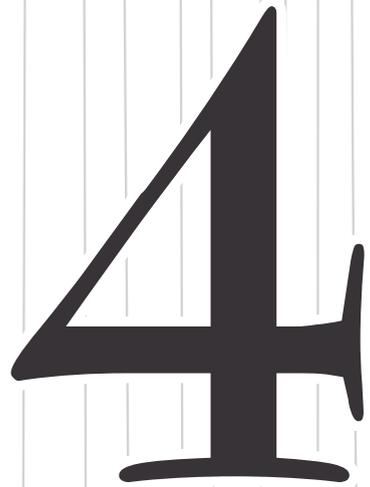


# **Travestis e transexuais no universo das pesquisas científicas**

*Transvestites and transsexuals in the world of scientific research*

**Junior Araujo Sousa<sup>1</sup>**



## Resumo

O objetivo deste artigo é identificar as tendências de pesquisa com travestis e transexuais, analisando os periódicos disponibilizados pela BIREME e SCIELO, no período de 2009 a 2015. Foram selecionados 60 artigos científicos de 1.378, vinculados aos critérios de inclusão e exclusão, utilizando na busca as palavras-chave: travestis, transexual. Os resultados indicaram uma concentração de publicações no foco atendimento em saúde, identidade de gênero, políticas públicas, mudanças corporais. Conclui-se que as principais tendências de pesquisa concentram-se no processo investigativo da área de Psicologia e da Saúde Coletiva, mas que outras áreas do conhecimento aparecem no estudo, bem como que há participação de instituições de fomento à pesquisa financiando estudos nacionais e internacionais no tema.

Palavras-chave: Identidade de Gênero. Transexual. LGBT.

## Abstract

The objective of this paper is to identify the trends in publications research of transvestites, transsexuals, analyzing periodicals provided by BIREME and SCIELO, from 2009 to 2015. We selected 60 scientific articles of 1.378, linked to inclusion and exclusion criteria, using the search keywords: transvestites, transsexual. The results indicated a concentration of publications focus on health care, gender identity, public policy, change in the body. It is concluded that the main trends of research, focus on the investigative process of the field of Psychology and Public Health, but other areas of knowledge appear in the study, as well as the holdings of institutions fostering research funding national and international studies on theme.

Keywords: Gender identity. Transexual. LGBT.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, Representante Discente e membro do núcleo de Pesquisa Interdisciplinar sobre Saúde e Sexualidade na perspectiva do quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos (GEISPEQ), Mestre em Biotecnologia pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC, Biomédico graduado pela Universidade Paulista – UNIP. E-mail: juniordu@uol.com.br

## Introdução

Para iniciar a reflexão na temática relacionada com as travestis e transexuais, é importante entender o conceito de gênero e expressão deste. Segundo a Cartilha da Diversidade Sexual e a Cidadania LGBT<sup>2</sup>, criada pela Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual do estado de São Paulo (2014), e a Cartilha LGBT, criada pela CUT-São Paulo (2016), o gênero se conceitua no fato de que ser homem ou ser mulher é expresso pela cultura e não pela anatomia dos corpos, já que esses comportamentos sociais e características são construídos culturalmente durante a vida, um exemplo disso é o esperado e construído pela sociedade de homens gostarem de azul e meninas, de rosa.

Podemos nos remeter aos textos que há muito tempo servem de base para essas análises, produzidos por Judith Butler (2003), Guacira Lopes Louro (1997), Joan Scott (1995), entre outras colaborações. Nessa perspectiva,

[...] é necessário reconhecer que ser “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente, transbordante, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

Em outras palavras, o gênero é passível de transformação, pois é instável, conforme pode ser observado no pensamento de Scott citado acima. Diante desse contexto, Louro (1997) vai além ao ressaltar que o gênero em questão faz parte da identidade do sujeito com fundamental característica social e não deve ser referido aos padrões da sociedade estabelecidos que definem os comportamentos, as roupas e o modo de se relacionar.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente, independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que o homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p. 24-25).

---

<sup>2</sup> A sigla GLBT foi alterada para LGBT na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 07 de junho de 2008. Desde então, esta é a utilizada politicamente, contudo existem variações da sigla, tais como LGBTI, LGBTTT, LGBTQL, dentre outras, mas, no Brasil, ainda em 2016, preconiza-se o uso desta aceita em 2008 (G1, 2016; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016).

Essa fundamentação teórica é importante, principalmente, quando se trata de travestis e transexuais, embora Ferreira (2009) aponte que a intolerância e o preconceito ainda se impõem como uma barreira às diversidades.

Essas diversidades são discutidas por Kulick (1996) durante os oito meses em que esteve em Salvador (Bahia), em pesquisa de campo para conceituar que no Brasil as travestis usam roupas femininas, cabelos, cosméticos, hormônios comprados em farmácias para modificarem os corpos masculinos e serem mais femininas. Já Benedetti (2004) menciona que o universo das travestis vai além do cair na batalha, entre espaços de socialização e amizades com outras monas, principalmente que o segredo permanece entre elas em conversas de iorubá (linguagem de bate-papo).

De forma geral, as travestis são representadas pelo estilo feminino, com a utilização de acessórios, como também o uso frequente de hormônios, com a finalidade de transformarem seus corpos, assumindo o gênero feminino, mesmo ainda possuindo um pênis (ANDRADE, 2012; JUNQUEIRA, 2009).

Enquanto isso, as transexuais (feminino ou masculino) não se enquadram no perfil das travestis, principalmente por se incomodarem com o sexo biológico de nascimento (genitália), desejando assim a cirurgia de redesignação sexual (CRS), ou seja, para adequar o corpo com a mente feminina ou masculina, adotando respectivos nome e aparência (ANDRADE, 2012; JESUS; 2012; JUNQUEIRA, 2009).

A esse respeito, Jesus (2012, p. 8) menciona que

a transexual deve ser tratada de acordo com o gênero escolhido, assim, mulheres transexuais adotam nome, aparência e comportamentos femininos, querem e precisam ser tratadas como quaisquer outras mulheres. Homens transexuais adotam nome, aparência e comportamentos masculinos, querem e precisam ser tratados como quaisquer outros homens.

Contudo, mesmo com a conquista da Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013, o acesso à cirurgia de redesignação sexual nos ambulatórios de saúde integral para travestis e transexuais, é um processo burocrático e necessita de acompanhamento de equipe multidisciplinar por no mínimo 2 anos no pré-operatório e até 1 ano no pós-operatório, devido ao fato de as travestis e transexuais, ainda estarem no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais em disforia de gênero (DSM-IV) e transexualismo na Classificação Internacional de Doenças (CID-10)

(AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013; SAÚDE, 1993), estabelecendo assim critérios para o diagnóstico do tipo transexual.

Maksoud, Passos e Pegoraro (2014) destacam que no Brasil os serviços que atendem o processo transexualizador existem em números pequenos, não contemplando todos os estados; ainda, há escassez de profissionais específicos, gerando uma demora nas cirurgias, além do protocolo estabelecido.

Embora as travestis e transexuais, ainda tenham que passar por esse processo e os autores desse artigo acreditem na despatologização das Identidades Trans, Borba (2014, p. 92), que recebeu o prêmio CAPES pela tese de doutorado no tema do processo transexualizador, informa que o processo de despatologização valoriza a humanização da atenção a saúde e integralidade da pessoa, transformando assim as pacientes em pessoas e reconhecendo as plêiades de possibilidades da identidade de gênero.

Desse modo, passamos a vida inteira para descobrir quem somos e para nos aceitar. Ebershoff (2016) expõe que pelo menos uma vez na vida já tenha se olhado no espelho e pensado: “O mundo não consegue me ver como eu realmente sou, todos nós queremos ser aceitos por quem somos”.

Diante desse contexto, este artigo objetiva identificar a tendência de publicações científicas, tendo como público as travestis e transexuais, por meio de uma revisão de literatura abrangendo um período entre 2009 e 2015.

Salienta-se que este estudo foi gerado pela dificuldade na construção do atual projeto de doutoramento, versão nacional de um dos autores sobre a discriminação pela identidade de gênero de travesti e transexual, ou por transitar entre os gêneros, no caso, os transgêneros (Drag Queens, King Queens, transformistas), esbarrando em inúmeras “lacunas de informação”, dificultando bastante a construção do projeto de tese de doutorado em saúde coletiva.

## **Metodologia**

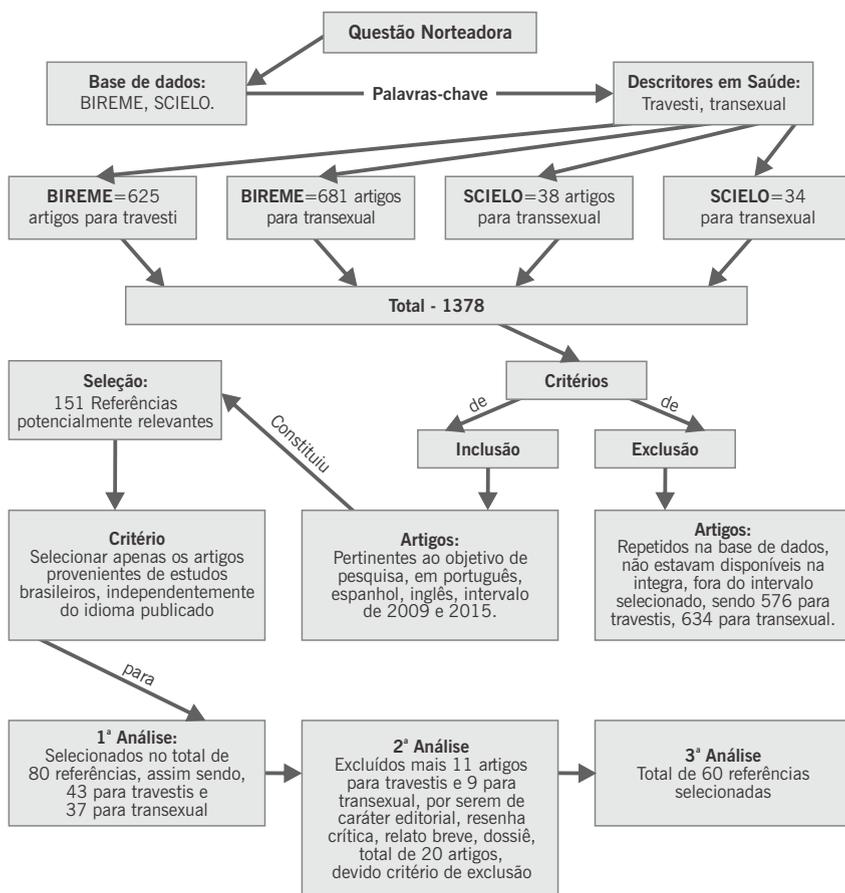
O estudo que deu origem a este artigo se iniciou por uma revisão da literatura, sendo analisado por uma metodologia quantitativa, aqui compreendida em separar em um banco de dados as informações sobre a Revista, tais como: ISSN, Nota na Web Qualis, Área, Ano, Autores, Título, Financiamento, Tipo de pesquisa, Assuntos abordados, confirmando os objetivos e resultados dos artigos e a conclusão. Ressalta-se que na última categoria mencionada foi utilizado o método de Bardin (2011, p. 147) no

processo de categorização, possibilitando aos autores quantificar esses dados com exatidão, preconizados por uma análise quantitativa.

O banco de dados criado foi tabulado em duplicata, entre o programa Microsoft Excel, versão 2016, e o programa STATA, versão 14.0 (Stata corp, Texas, USA). Essa escolha foi motivada com a finalidade de identificar alguma possível discrepância, garantindo assim a qualidade do resultado final durante o processo de seleção e inserção das informações no banco.

Durante o processo de seleção dos artigos, conforme Figura 1, procurou-se inicializar com a pergunta de pesquisa: qual seria o foco de pesquisas acadêmicas com as travestis e transexuais?

**Figura 1:** Fluxograma de seleção de artigos para revisão da literatura



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dessa informação, foi escolhida a base de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME), devido a ambas possuírem um grande acervo de periódicos nacionais e internacionais nos respectivos cadastros. Por conseguinte, nos artigos foram consultados os descritores em saúde “travesti” e “transexual”.

Dessa forma, foram encontrados 1.378 artigos científicos com potencial para o estudo. Nesse ponto, adotaram-se critérios de inclusão – ser em português, espanhol ou inglês, estar disponível na íntegra em PDF, dentro do intervalo de 2009 até publicações de dezembro de 2015 – e de exclusão – estar fora do intervalo mencionado anteriormente, não estar disponível para consulta e estar repetido na base de dados.

A partir dessa seleção, 151 artigos foram potencialmente escolhidos, sendo adicionado o critério de o artigo científico ser proveniente de grupo estudado do Brasil, independentemente do idioma publicado. Nessa perspectiva, destaca-se que no banco de dados do SCIELO não houve exclusão para ambos os termos, mas, para o Bireme, deu-se a remoção de 71 artigos, caracterizados como o público-alvo de travestis e transexuais, porém no âmbito internacional.

Na etapa seguinte, caracterizada como primeira análise, foram separadas 80 referências que passaram por outro processo de seleção, as quais, quando abrangessem caráter de editorial, resenha crítica, relato breve e dossiê, seriam excluídas, gerando um resultado final de 60 artigos que foram contemplados no presente estudo.

Destaca-se que ambas as bases de dados possuem ferramentas que auxiliam no processo de filtragem dos artigos, mas a quantificação de cada etapa foi computada separadamente nos respectivos programas para controle na análise.

## **Resultados e discussão**

O banco de dados desenvolvido para essa revisão da literatura, conforme Gráfico 1, identificou dois patamares de estudos relacionados a travestis e transexuais, tendo as pesquisas de campo uma abordagem variando entre quantitativa e qualitativa e, na outra extremidade, as pesquisas bibliográficas desenvolvidas com livros e artigos científicos.

**Gráfico 1:** Tipos de publicações por ano com travestis e transexuais (2009-2015).



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados revelam uma alta incidência de publicações no ano de 2009 e 2013 para pesquisas de campo, enquanto para pesquisas bibliográficas o auge ocorreu no ano de 2012.

Vianna (2015) esclarece que os movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais) possuem uma longa história – com maior ou menor visibilidade em determinados períodos, carregando uma identidade coletiva.

Por meio das análises dos dados, ainda é possível visualizar que as pesquisas de campo sempre estão em sincronia com as pesquisas bibliográficas, por isso, em um período existe um aumento de um tipo e no outro o processo se inverte.

Nessa perspectiva, Naves (1998, p.19) explica que “a pesquisa bibliográfica é uma revisão de literatura com intuito de identificar o que já foi feito até aquele momento sobre o tema (conhecimentos acumulados sobre o problema) e o que ainda necessita ser esclarecido”.

Em sequência do ano de 2009 para 2010, foram encontradas mais publicações com entrevistas com travestis e transexuais, já em 2011 os dois tipos de pesquisas (campo e bibliográfica) se encontraram na mesma faixa produtiva no tema.

No ano de 2012, houve um acréscimo de bibliografias em comparação com a outra modalidade de pesquisa, sendo uma constante nos anos seguintes, mas com queda em 2015.

Esse fato está bastante associado à pesquisa básica aplicada, caracterizada pela revisão bibliográfica. Conforme expõem Senra, Quintás e Caballero (2014, p.81), esse tipo de pesquisa “acumula informações, eventualmente esse conhecimento dará suporte ao desenvolvimento de uma pesquisa aplicada, mesmo, sem fazê-lo diretamente”.

Já a pesquisa aplicada usa o conhecimento da pesquisa básica para resolver problemas, cuja utilização se mostra bastante comum na área da saúde, tendo em vista que tem o poder para investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos métodos teóricos (NAVES, 1998; WATGHIN, 2015).

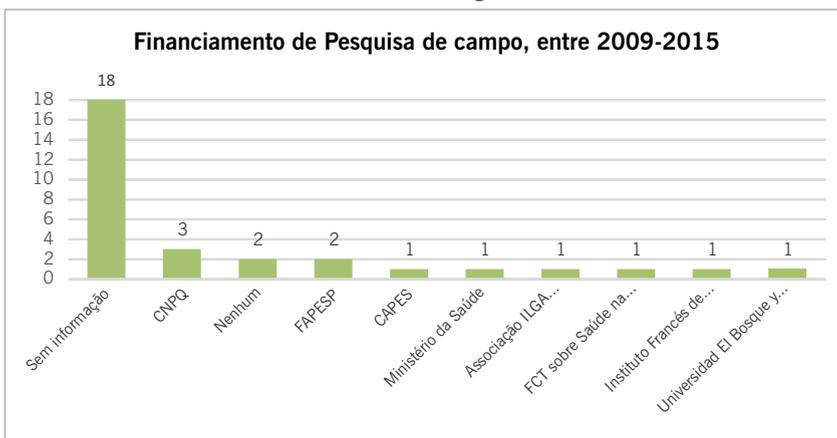
Ainda levando em consideração o fator aumento de publicações sobre um tipo de pesquisa, Peruzzo (2012, p.106), por meio de discussão, explica que os artigos “publicados sofrem do privilégio de alguns periódicos de selecionar só resultados de pesquisa, cuja seleção passa por conselhos editoriais, enquanto a maioria parece priorizar textos de menor densidade, discussões temáticas e abordagens sobre vários assuntos e de áreas afins”.

Minayo (2005, p.272) ressalta que “a produção editorial consome tempo, trabalho, dedicação e dinheiro, necessitando de toda a organização dos originais, relação com os autores, equipe de edição, padronização, revisão de textos, tradução e todo o projeto gráfico”.

Desse modo, quando uma revista adota publicar um artigo sobre travestis e transexuais, demonstra que na comunidade científica não existe preconceito, discriminação, e sim informações científicas. A esse respeito, Viebig (2014, p.7) coloca que o “objetivo de uma publicação é instruir; ser lido; ser comparado; ser criticado; ser imitado; ser polêmico e, principalmente, ser citado”.

No próximo tópico, são analisados os dados sobre o financiamento de pesquisas geradas a partir das informações dos 31 artigos provenientes de pesquisa de campo, contemplando a informação fornecida pelos respectivos autores a respeito de se os estudos receberam ajuda financeira (Gráfico 2).

**Gráfico 2:** Tipos de financiamentos de pesquisas de campo encontrados nos 31 artigos analisados



Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos dados analisados, é possível identificar que no Brasil as pesquisas relacionadas ao tema das travestis e transexuais, têm recebido auxílio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Saúde.

Perez (2002, p.34) aponta que “a FAPESP procura mecanismos de geração e transferência do conhecimento, financiando projetos de pesquisa”. Ainda, de acordo com Faria Filho (2015, p.411), o “sistema brasileiro escolar é continuamente irrigado com bolsas, do ensino fundamental ao pós-doutorado, custeadas com recursos públicos”.

Em nível internacional, foi observada a parceria entre várias instituições de fomento à pesquisa como universidades e associações com conectividade ao meio LGBT, diferentemente do observado no Brasil, com um único financiador.

Na Argentina, destaca-se o Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET), em parceria com a Universidade de Buenos Aires; já no Peru, há o Instituto Francês de Estudos Andinos (IFEA).

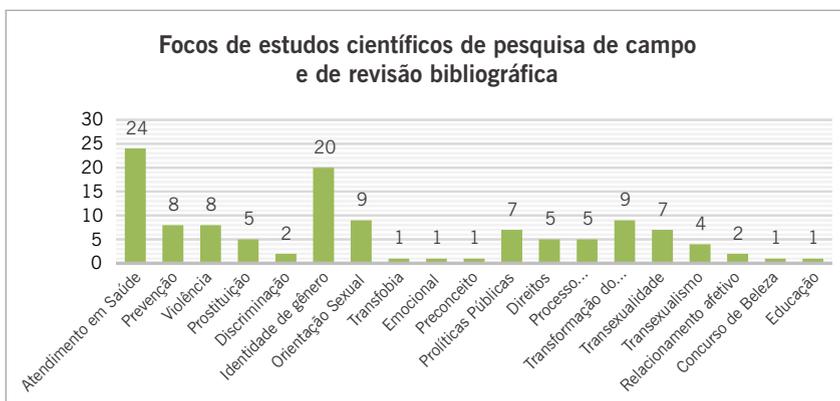
Em Portugal, em especial se destaca a colaboração do governo português, por meio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), do Ministério da Educação e Ciência, parceria com a Associação ILGA Portugal e a ILGA Europe – Região Europeia da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo.

Outro ponto enfatizado pela revisão é a alta taxa da ausência de informações sobre o financiamento das pesquisas nos artigos, podendo-se inferir que os estudos receberam financiamento próprio dos autores ou tal informação foi omitida por uma infinidade de motivos, como, por exemplo: limitações editoriais acerca desse tipo de informação durante o processo de submissão para um periódico nacional ou internacional.

Esse tipo de informação é importantíssimo para futuros pesquisadores possuírem um conhecimento prévio da realidade do tema, como também das dificuldades encontradas por outros pesquisadores no campo de trabalho, essencial, principalmente, para jovens pesquisadores formados pela pós-graduação *stricto sensu* brasileira, os quais, muitas vezes, possuem a dificuldade no início da carreira como docente/pesquisador.

Nesse ponto, a análise dos dados é centralizada na variável dependente dos estudos acadêmicos, que é o foco das pesquisas de campo ou de caráter bibliográfico, cujos dados podem ser visualizados com exatidão no Gráfico 3.

**Gráfico 3:** Focos dos estudos científicos com travestis e transexuais, entre 2009 e 2015



Fonte: Dados da pesquisa.

Esse ponto foi construído com base em toda a descrição das pesquisas disponibilizadas nos artigos científicos analisados, levando em consideração os objetivos propostos nos estudos, além dos respectivos resultados e conclusões.

As análises foram separadas em 5 etapas de associação, conforme o método proposto por Bardin (2011, p. 126) “sobre a organização da análise, exploração do material, tratamento dos resultados e inferência e interpretação”. Desse modo, no primeiro bloco, o atendimento em saúde é o eixo central, em que são inseridas outras variáveis, tais como prevenção, violência, prostituição, discriminação.

Nesse momento, o atendimento em saúde ganha seu destaque, conforme descrito por Lionço (2008, p.18), “a saúde se estabelece como um direito, na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS), livre de preconceito e discriminação”.

Contudo, Freire *et al.* (2012), ainda relatam que “os profissionais de saúde devem prestar atenção no processo de vulnerabilidade por doenças, violências, que o grupo de travestis e transexuais, estão expostos, como também da dificuldade de acesso do sistema de saúde”.

Ainda nesse contexto, Pinto e Moleiro (2012) ressaltam que na “atmosfera dos ambientes de saúde não existe uma previsão de efetiva empatia, segura e livre de pressupostos (hetero)sexistas”. A esse respeito, Lionço (2008) enfatiza que “um atendimento humanizado seria uma alternativa para maximizar o acesso ao sistema, sem preconceitos”.

Por esse viés, Cardoso e Ferro (2012, p.554) expõem que “o processo de transformação de rede de saúde depende do modo de pensar e agir dos profissionais de saúde”, já que retrata, conforme Aguião (2016,p.46), que “a população mais estigmatizada e vulnerabilizada são as travestis e as transexuais sendo o maior número de vítimas de discriminação e preconceito contabilizadas nos levantamentos existentes sobre a violência que acomete as pessoas LGBT”.

Nesse sentido, faz-se necessária toda uma capacitação no atendimento em saúde, desde campanhas de acolhimento até a valorização dos direitos das travestis e transexuais. Por esse motivo, foi “criado e lançado em 2009 o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos LGBT” (BRASIL, 2009,p.17), mas deve ser reconhecido que a estratégia de melhoria ainda “esbarra na diversidade individual e cultural que se associa com a consciência do/a profissional, refletindo nos valores e atitudes da prática clínica do dia a dia” (PINTO; MOLEIRO, 2012,p.147).

Por esse viés, Cavagnoud (2014, p.150) ressalta que “muitas travestis jovens saem à noite e sofrem muitas formas de violência ou de dominação por policiais ou por clientes, sem direitos e até sem proteção, sendo vítimas e sobreviventes de um sistema cruel”.

Para Perez *et al.* (2015) e Oliveira (2015), é necessário um olhar crítico nos modelos de atenção à saúde em relação aos problemas sociais e patológicos, principalmente porque muitas travestis e transexuais, ainda são alvo nos serviços de saúde de discriminação e preconceito, gerando tristeza e sofrimento para elas.

Por essa razão, as pesquisas científicas existem para que sejam traçadas estratégias de proteger e prevenir que tais fatos não ocorram. A esse respeito, Muller (2008) relata que “se percebe que alguns grupos sociais, como no caso das travestis e transexuais, ainda continuam recebendo um tratamento diferenciado, como se fossem pessoas com menos direitos que os demais”.

Em outras palavras, quando as pesquisas acadêmicas se centralizam nesse bloco estão focadas na discussão sobre o sistema de saúde, a discriminação e o preconceito por profissionais de saúde com o grupo de travestis e transexuais, no cotidiano, procurando identificar e, conseqüentemente, levantar questionamentos e alternativas para a mudança das realidades encontradas.

No segundo bloco, o pilar central é a identidade de gênero, embora outros assuntos em conjunto sejam explorados, como, por exemplo, orientação

sexual, identidade sexual, abordagem sobre a homofobia e transfobia, aspecto emocional e preconceito.

A identidade de gênero é uma construção psicológica (pensamentos, emoções), em função de pertencer a um gênero, mas na sociedade ainda existe uma associação da orientação sexual com o sentimento de autopercepção de ser homem, mulher, gay, travesti, transexual (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014; MOLINA *et al.*, 2015).

Diante disso, no cenário brasileiro, os autores Costa, Bandeira e Nardi (2015, p.166) comentam que “o uso do preconceito é uma ferramenta com fidedignidade avaliativa, revelando todo o status da diversidade sexual e de gênero na sociedade”.

Em face dessa iniciativa, “o Ministério da Saúde compreende que todas as formas de discriminação, como o caso da homofobia, devem ser consideradas como fatores impulsores na produção de doenças e sofrimento” (BRASIL, 2008, p. 570).

É fato que ainda hoje “existem padrões identitários, hierarquizados, com relações de poder regulados pelas normas de gênero, fornecendo elementos para um mecanismo de exclusão social, legitimando e impondo na sociedade”, conforme apontam Dinis e Pamplona (2014, p.220).

Nesse contexto, “os pesquisadores precisam compreender como um preconceito orienta os movimentos sociais contra um grupo ou membros, criando ou mantendo uma relação de Homo/Transfobia para os não heterossexuais” (COSTA; BANDEIRA; NARDI, 2015, p.164).

Dessa forma, nessa vertente de pesquisa, os focos desses estudos estão centralizados no suporte aos efeitos físicos e psicológicos que a transfobia e o reconhecimento da identidade de gênero trazem para a vida de travestis e transexuais, revelando ainda que o preconceito é uma forma de avaliar em nível da exclusão social.

Nessa perspectiva, a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual de São Paulo (2014, p.21) esclarece que “as pessoas LGBT são agredidas verbal e fisicamente, excluídas do convívio familiar, impedidas de manifestar afeto em público, e até assassinadas, simplesmente por se sentirem atraídas por terem identidade de gênero que não, condiz com seu sexo biológico”.

No terceiro bloco, as políticas públicas ganham o direito ao processo transexualizador. Freire *et al.* (2013, p.478) trazem “uma descrição que os

movimentos sociais LGBT conseguiram levantar um debate jurídico sobre questões dos direitos sexuais, mesmo de modo lento e não uniforme aconteceu uma relação de ordenamento jurídico e a sexualidade”.

Assim, autorizado pela Resolução 1.482/97, atualizada pela Resolução CFM n. 1.955/2010, acontece o tratamento do transexualismo, atualmente disforia de gênero, por equipes multidisciplinares, sendo estas responsáveis por desde a formulação diagnóstica, avaliação psiquiátrica, apoio psicológico e psicoterapia até o ato cirúrgico e os acompanhamentos pós-operatórios (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010; LISBOA, 2013).

Nesse estágio, denomina-se um direito submeter-se a uma intervenção cirúrgica e a um tratamento hormonal, a fim “de tornar o corpo, tão conforme quanto possível, ao sexo desejado, que não é aquele designado ao nascimento”, de acordo com o que esclarecem Lara, Abdo e Romão (2013, p.239). Esse fato, inclusive, é discutido na política da Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde, que institui, “no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais reconhecendo as vulnerabilidades e especificidades dos grupos discutidos” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013, p. 06).

A esse respeito, Cardoso e Ferro (2012) informam que “muitas travestis procuram os serviços de saúde da rede pública pelo desejo pela cirurgia de transgenitalização”. Ainda, para Sales e Perez (2016, p.28), todo “esse processo de ressignificação dos gêneros vai além do feminismo, que reafirma as potências e inimagináveis de um corpo poder transformar-se e readaptar-se ou mesmo readaptar-se a tais situações das necessidades humanas”.

Diante disso, Andrade (2012, p. 196) relata em pesquisas com “o grupo de travestis que reparou que devido à discriminação causada pelo nome civil, muitas travestis gostariam de mudar de sexo, apenas para terem seu nome social nos documentos pessoais”.

Amorim, Vieira e Brancaloni (2013, p.530) esclarecem que, devido “às discriminações, muitas travestis não se reconhecem como detentoras de direitos e muitas se prostituem para sobreviver”. Com base nesse entendimento, Ferreira (2009, p.37) “argumenta que ainda existe na sociedade uma variação de aceitação e intolerância com o grupo”.

Nem toda travesti é profissional do sexo, mas existe um tabu social em relação ao grupo de travestis e transexuais, já que muitas têm os caminhos sonhados tirados pelas ruas da prostituição e, quando alguma consegue sair

dessa realidade, ainda passa pela situação de virar em uma esquina e sofrer com olhares tortuosos, comentários maldosos ou de alguém parar o carro e perguntar quanto custa o programa (ANDRADE, 2012; JESUS, 2012; OTERO *et al.*, 2015).

Resumidamente, os pesquisadores nesse bloco procuram estabelecer o vínculo entre o processo transexualizador e as atuais políticas públicas que visam garantir o reconhecimento do direito da população de travestis e transexuais, como no caso da política nacional de saúde integral LGBT já mencionada.

Nessa vertente, o assunto gira em torno do foco do reconhecimento dos grupos estudados quanto aos direitos nos serviços de saúde, além da percepção das entrevistadas em relação aos direitos garantidos pela lei, procurando identificar se usufruem dela ou não o fazem por desconhecimento do assunto.

No quarto bloco, surgem a transformação do corpo, a transexualidade e o transexualismo. Percebe-se uma mudança na denominação científica em relação a travestis e transexuais, de 2009 para 2015, com a alteração do uso da palavra transexualismo (CID-10) para transexualidade, em seguida para transtorno de identidade de gênero (DSM-IV), fato referente à atualização da classificação americana de transtornos mentais (DSM-IV-TR), retirando os termos já citados para a disforia de gênero, menos preconceituosa e discriminatória (LARA; ABDO; ROMÃO, 2013; LISBOA, 2003; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013; VAL; MELO, 2010).

Esse dado está muito interligado na época de publicação do artigo científico no periódico, quando aceito e publicado, por isso, no assunto de travestis e transexuais, é sempre necessária atenção ao ano da publicação, a fim de que os eventuais estudos teóricos não cometam erros conceituais como trocar disforia de gênero por transtorno de identidade de gênero ou transexualismo, tendo em vista que os termos passam por constantes mudanças.

Nesse sentido, o transexualismo se caracteriza pela vontade do indivíduo de se parecer com o outro sexo, convivendo com a morfologia conflituosa dos órgãos sexuais primários e secundários, incomodando-se com o sexo biológico de nascimento, almejando o processo transexualizador, mais conhecido como cirurgia de redesignação sexual (CRS), para adequar o corpo com a mente feminina ou masculina (ANDRADE, 2012; JUNQUEIRA, 2009; WESTPHAL, 2015).

Outro ponto de destaque nessa categoria de análise é a informação em relação ao uso das palavras-chave, uma vez que muitos periódicos utilizam os descritores em saúde para indexação e o respectivo acervo possui em seu cadastro as palavras-chave “transexualismo, transexualidade, identidade de gênero e transtornos sexuais e da identidade sexual, contudo, o termo disforia de gênero ainda não foi catalogado” (DECS, 2015; LISBOA, 2015; MACIAS; ARMAZA, 2014), sendo possível inferir que esse fato atrapalha conceitualmente na escolha das palavras-chave para os artigos concernentes ao tema.

Os estudos no bloco em questão, geralmente focados na área de atuação da psicologia, procuram compreender e, desse modo, auxiliar no processo decorrente da disforia de gênero, buscando principalmente fornecer suporte psicológico para a transformação do corpo das travestis e transexuais.

Por último, no bloco de análise surgem os assuntos relacionamento afetivo, concursos de beleza e educação.

As nobres palavras de Ferreira (2009, p.38) ressaltam que “a inserção no mercado de trabalho para as travestis e transexuais ainda se dá de maneira precária, sendo mais frequentes no ramo da estética, gastronomia e do entretenimento, simbolizados pelos concursos de beleza”.

Andrade (2012, p.187) esclarece que “muitas travestis e transexuais, ainda na infância sofrem com a discriminação, todo o estigma, gerando resultados mais diretos em suas vidas, tais como o analfabetismo ou até a não finalização dos estudos”, ou seja, esse é um fator para se associar com a dificuldade de inserção das travestis e transexuais, no mercado de trabalho, independentemente da área.

Sobre o relacionamento afetivo, é algo inovador a discussão, já que, dos 60 artigos analisados, somente dois se preocuparam em abordar o assunto. Nesse contexto, Agreli e Bruns (2012, p.127) mencionam que “a orientação sexual das travestis e transexuais, mais dominante é a homossexualidade, mesmo que muitos comportamentos das mesmas sejam heterossexuais”.

Kulick (1996, p. 4), naquela época, já discutia que as transexuais europeias e norte-americanas se autoidentificavam como heterossexuais e, em relação às travestis, como homossexuais.

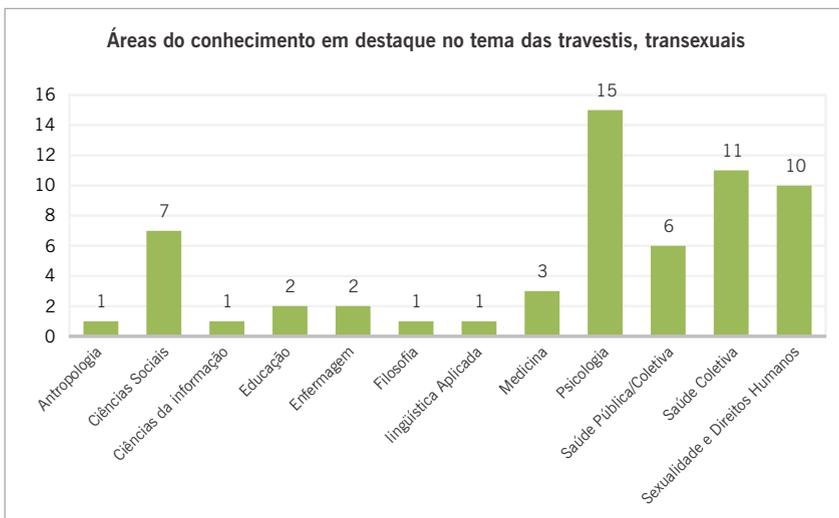
Em outras palavras, no que diz respeito à questão da orientação sexual para as travestis e transexuais, sob a ótica dos autores, é necessário pontuar

que, primeiramente, são pessoas e possuem sentimentos, como também desejos e atrações sexuais, seja por homem, seja por mulher, seja por ambos. Nessa perspectiva, existem dois pontos importantes nessa questão sobre como elas identificam as respectivas orientações, havendo ainda outro ponto de vista que é focado na genitália masculina (pênis) ou feminina (vagina), fato retratado por Agreli e Bruns (2012).

Outro assunto que se destacou na revisão deste artigo foi a centralização nas grandes áreas do conhecimento com travestis e transexuais, fato, inclusive, que se encontra bastante interligado com a área de atuação dos grupos de pesquisa, como também da área prioritária para receber verba de pesquisa de instituições de fomento.

No Gráfico 4, podem ser observadas as áreas com mais interesse pelo assunto referente a travestis e transexuais, representadas pela comunidade científica.

**Gráfico 4:** Publicações sobre travestis e transexuais, por área do conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa.

De ordem decrescente, a área do conhecimento com grande conectividade com o tema das travestis e transexuais, é a Psicologia, seguida pela Saúde Coletiva, Sexualidade e Direitos Humanos, Ciências Sociais, Medicina, Enfermagem, Educação, entre outras áreas como Antropologia em ligação com a Filosofia e Ciências da Informação com um grande *link* com a Linguística Aplicada.

Essa associação está muito interligada ao fato da discussão realizada pela atuação da “Psicologia, por meio do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, porém, o mesmo instrumento rotula o indivíduo de portador de um transtorno, eventualmente poderá sofrer um estigma, devido ao diagnóstico”, conforme descreve Athayde (2001). Por esse viés, Veras (2012, p.321) coloca que “as travestis não são um problema de saúde pública, mas, via aids, acabam sendo tratadas como tal, o que o discurso preventivo parece não considerar é que o problema das travestis é o estigma – e não somente a aids”.

Nesse contexto, Moleiro e Pinto (2009) expõem a importância da “inserção da temática LGBT nos currículos acadêmicos, desde a graduação até as pós-graduações, com finalidade de ampliar a discussão entre as mais diferentes áreas do conhecimento”. Ainda, Siqueira (2016) traz a discussão sobre as travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro, resgatando como o envelhecimento do corpo e as interações sociais fazem referência ao respeito e aos direitos “assegurados” na sociedade para essa população, assim, a inclusão de novas abordagens de pesquisas com travestis e transexuais, (mulheres transexuais e homens trans) permite conhecer e mesmo traçar novas políticas públicas embasadas na dignidade e no respeito.

### **Considerações finais**

Este artigo procurou identificar, por meio de uma revisão da literatura de estudos analisando as publicações em português, espanhol ou inglês, entre 2009 e 2015, em dois bancos de dados com grande acervo de publicações sobre as travestis e transexuais, o que estava sendo pesquisado, possibilitando averiguar os possíveis motivos para as lacunas de informações acerca desses grupos.

Essas informações são importantes para jovens pesquisadores que venham a se aventurar cientificamente, trazendo à tona esse universo para as universidades e para o meio científico perceberem que certos assuntos, tais como nome social, discriminação e processo educacional, até o momento são poucos explorados, estabelecendo eventualmente uma invisibilidade de estratégias em políticas públicas em prol de uma melhoria para o grupo, devido à falta de dados ou de demanda de muitos projetos igualitários, inclusive são potencialmente arquivados.

Os dados revelaram que existiu um acervo variado de focos estudados para ambos os grupos, mas centralizados em dois eixos de atendimento em serviços de saúde e identidade de gênero, em que tais dados estão interligados com as áreas de conhecimento envolvidas, principalmente com a abordagem da

Psicologia, que recebeu um destaque nas análises, tendo em vista que, ainda, ser travesti e transexual é estar classificada em disforia de gênero, além do CID-10 e tantas outras situações que essas classificações trazem para a vida da pessoa.

Em relação ao financiamento das pesquisas com travestis e transexuais, por instituições de fomento de pesquisa, verificou-se que não foi alto, mas se percebeu a colaboração entre vários tipos de diferentes de instituições, desde o governo municipal, estadual ou federal, passando pela parceria entre hospitais e universidades, até organizações não governamentais.

Conclui-se que os motivos para as lacunas de informações são quase como uma armadilha perversa, devido ao fato de ser necessário levar em consideração uma série de fatores, tais como disponibilidade dos grupos em participar, autorizações éticas, alguém disposto a se aprofundar nessa temática, verba disponível para o estudo, testes estatísticos que definem o que é significativo ou não, além de editoriais de publicações até finalmente chegar aos leitores.

E o ciclo recomeça, talvez melhor do que o anterior, a depender do esforço dos pesquisadores em dar a oportunidade de afastar-se da tendência científica e se aventurar em assuntos que valorizam a dignidade da pessoa, saindo da ótica das classificações, afinal, as travestis e transexuais possuem uma história, experiências de vida. Desse modo, tais informações são úteis, já que podem auxiliar outras que passam pelo mesmo processo e, muitas vezes, sofrem em silêncio à noite – um motivo... uma razão para acordar no outro dia.

O pesquisador tem o “poder” de mudar mentalidades, construir novos destinos, alterar conceitos preestabelecidos, por meio de uma pesquisa científica de campo ou de revisão da literatura, abrindo assim os olhos de quem ainda não consegue ver e escutar a verdade sobre a diversidade humana.

Finaliza-se este artigo ressaltando que não poder enxergar as cores é triste, mas não desejar ver a diversidade da humanidade é provocar a própria cegueira. Não ver é a forma mais eficaz de exclusão social, a mais cruel punição de quem é diferente (DIAS, 2016).

## **Agradecimentos**

Agradecimento financeiro à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa cedida no programa *stricto sensu* em Saúde Coletiva e a Comissão Municipal da Diversidade Sexual de Santos, São Paulo representada pela Coordenadora Executiva Taiane Miyake por todo o suporte oferecido.

## Referências

AGRELI, Milene Soares; BRUNS, Maria Alves Toledo. Dialogando con estudios acerca de las vivencias afectivo-sexuales de las parejas de transexuales. *Liber.*, v. 18, n. 2, p. 125-129, 2012.

AGUIAO, Silvia. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 46, p. 279-310, abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600460279>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Manual de Publicación de la American Psychological Association*. Bogotá: Manual Moderno, 2014.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Gender Dysphoriafact sheet*, 2013. Disponível em: <<http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2016.

AMORIM, Sylvania Maria Godoy; VIEIRA, Fernanda de Sousa; BRANCALEONI, Ana Paula. Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis. *Saúde debate*, v. 37, n. 98, p. 525-535, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300016>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

AMPARO, Liliane Peixoto. Aprender fazendo: a interdisciplinaridade na formação em saúde coletiva. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 18, n. 5, p. 1511-1512, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000500037>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 279f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.

ATHAYDE, Amanda Valéria Luma. Transexualismo masculino. *Arq Bras Endocrinol Metab*, v. 45, n. 4, p. 407-414, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302001000400014>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. *Rev. Saúde Pública*, v. 42, n. 3, p. 570-573, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872011000400002>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Programa Brasil Sem Homofobia, Brasília – DF, 2009.

BENEDETTI, M. R. A batalha e o corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição. *Boletín Ciudadania Sexual*, Peru, v. 11, p. 5-8, 2004.

BORBA, Rodrigo. Sobre os obstáculos discursivos para a atenção integral e humanizada à saúde de pessoas transexuais. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 66-97, Aug. 2014. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.06.a>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Michele Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicol. cienc. prof.*, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CAVAGNOUD, Robin. Violencias y contra-dominación: notas etnográficas sobre el espacio social de la prostitución travesti en un barrio marginal de Lima. *Sex., Salud Soc.*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 149-173, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2014.17.09>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM n. 1.955, de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n. 1.652/02. *Diário Oficial da União*, Brasília, set. 3; Sec.1, p. 109-110, 2010.

COSTA, Angelo Brandelli; BANDEIRA, Denise Ruschel; NARDI, Henrique Caetano. Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estud. psicol.*, Campinas, v. 32, n. 2, p. 163-172, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-166X2015000200002>>. Acesso em: 21 maio 2016.

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC/SP, 2014.

CUT – Central Única dos Trabalhadores - São Paulo. *Cartilha LGBT*. 1. ed. São Paulo: Secretaria de Políticas Sociais da CUT/SP, 2016.

DECS. Descritores em Saúde. Consulta: *Gênero*. Disponível em: <<http://decs.bvs.br/cgi-bin/wxis1660.exe/decserver/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

DIAS, M. B. *O arco-íris da igualdade*. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/uploads/21\\_-\\_o\\_arco-%EDris\\_da\\_igualdade.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/uploads/21_-_o_arco-%EDris_da_igualdade.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2016.

DINIS, Nilson Fernandes; PAMPLONA, Renata Silva. “Encontrando Bianca”: discursos sobre o corpo-travesti. *Pro-Posições*, v. 25, n. 2, p. 217-236, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73072014000200012>>. Acesso em: 03 abr.2016.

EBERSHOFF, D. *A garota dinamarquesa*. Rio de Janeiro: Fabrice 231, 2016.

FERREIRA, Rubens da Silva. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 38, n. 2, p. 35-45, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652009000200003>>. Acesso em: 06 mar.2016.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A pesquisa em educação e a qualidade da escola básica: desafios para a pós-graduação. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 407-420, set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698151064>>. Acesso em: 14 mar.2016.

FREIRE, Eduardo Corsino *et al.* A clínica em movimento na saúde de TTTs: caminho para materialização do SUS entre travestis, transexuais e transgêneros. *Saúde debate*, v. 37, n. 98, p. 477-484, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042013000300011>>. Acesso em: 12 jun.2016

JESUS, Jaqueline Gomes. *Orientações sobre Identidade de gênero*: conceitos e termos. EBOOK. Brasília: Protocolo EDA/DF 2012, n. 366, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade Sexual na Educação*: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KULICK, Don. Causing a Commotion: Scandal as Resistance among Brazilian Travesti Prostitutes. *Anthropology Today*, v. 12, p. 3-7, 1996.

LARA, Lucia Alves da Silva; ABDO, Carmita Helena Najjar; ROMÃO, Adriana Peterson M Salata. Transtornos da identidade de gênero: o que o ginecologista precisa saber sobre transexualismo. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet.*, v. 35, n. 6, p. 239-242, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032013000600001>>. Acesso em: 26 jun.2016.

LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde & Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000200003>>. Acesso em: 02 ago.2016

LISBOA, Felipe Stephan. Mudanças no DSM-5: despatologização aspíe e trans?. *(EM)cena: a saúde mental em movimento*, Palmas. 2013. Disponível em: <<http://ulbra-to.br/encena/2013/01/18/Mudancas-no-DSM-5-despatologizacao-aspie-e-trans>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. São Paulo: Vozes, 1997.

MACIAS, Elena Atienza; ARMAZA, Emilio José Armaza. La transexualidad: aspectos jurídico-sanitarios en el ordenamiento español. *Salud colect.* Lanús, v. 10, n. 3, p. 365-377, 2014.

MAKSOUND, Fernanda Resende; PASSOS, Xisto Sena; PEGORARO, Renata Fabiana. Reflexões acerca do transtorno de identidade de gênero frente aos serviços de saúde: revisão bibliográfica. *Rev. Psicol. Saúde*, Campo Grande, v. 6, n. 2, p. 47-55, dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência & Saúde Coletiva completa 10 anos!. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 272-272, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200001>>. Acesso em: 05 ago.2016.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas. *Ex aequo*, Vila Franca de Xira, n. 20, p. 159-172, 2009.

MOLINA, José Miguel Rodríguez *et al.* Escalas de depresión y Ansiedad para personas transexuales. *Psicología desde el caribe*, Colômbia. 32, n. 1, p. 53-80, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14482/psdc.32.1.5433> >. Acesso em: 07 ago.2016.

MOVIMENTO GLBT decide mudar para LGBT. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL593295-5598,00MOVIMENTO+GLBT+DECIDE+MUDAR+PARA+LGBT.html> >. Acesso em: 02 jul. 2016.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babadó!'. *Cadernos EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 01-14, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512008000200002>>. Acesso em: 22 jun.2016.

NAVES, Maria Margareth Veloso. Introdução à pesquisa e informação científica aplicada à nutrição. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 15-36, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52731998000100002>>. Acesso em: 24 abr.2016.

OLIVEIRA, Maria Conceição. Transversalidade Epistemológica da Saúde Coletiva: Saberes e Práticas. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2291-2292, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015207.16542014>>. Acesso em: 13 abr./2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10*. Porto Alegre: Artmed, 1993.

OTERO, Luis Manuel Rodríguez *et al.* Violencia en parejas transexuales, transgénero e intersexuales: una revisión bibliográfica. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 914-935, 2015.

PEREZ, Glória *et al.* Salud y conductas relacionadas con la salud según la atracción y la conducta sexual. *Gac Sanit*, S.E.S.P.A.S, v. 29, n. 2, p. 135-138, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.gaceta.2014.07.013>>. Acesso em: 22 jul.2016.

PEREZ, José Fernando. Pesquisa: a construção de novos paradigmas. *São Paulo Perspec.*, v. 16, n. 4, p. 30-35, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392002000400006>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

PERUZZO, Cécilia Krohling. Avanços nas revistas acadêmicas. In: CASTRO, Daniel; MELO, José Marques. *Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: Ipea, 2012. p. 105-117.

PINTO, Nuno; MOLEIRO, Carla. As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: perspectivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia*, Lisboa, v. 26, n. 1, p. 129-151, 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial dos direitos humanos. *Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais – GLBT*. Brasília: Distrito Federal, 2008. p. 290.

SALES, Adriana; PERES, William Siqueira. Apontamentos anal-lisadores, corpos, travestis, tempos e subjetivadas compreensões do cu. *Periódicus*, Salvador, n. 4, v. 1, nov. 2015-abr. 2016.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. *Cartilha da Diversidade Sexual e Cidadania LGBT*. São Paulo: SJDC, 2014.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SENRA, Ana I. Martínez; QUINTÁS; María A.; CABALLERO, Gloria. La investigación básica en las empresas innovadoras españolas: un análisis exploratorio. *Innovar*, Colômbia, v. 24, n. 52, p. 79-88, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15446/innovar.v24n52.42524>>. Acesso em: 23 jul.2016.

SIQUEIRA, Monica S. Caminhando como senhoras: interações sociais e performatividade de gênero de travestis idosas na cidade do Rio de Janeiro. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, v. 9, n. 13, p. 151-174, 2015.

VAL, Alexandre Costa; MELO, Ana Paula Souto. Transtorno de identidade de gênero (TIG) e orientação sexual. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 192-193, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462010000200016>>. Acesso em: 04 abr.2016.

VERAS, Elias Ferreira. Corpos que escapam. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 320-322, abr. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100019>>. Acesso em: 09 mar.2016.

VIANNA, Claudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>>. Acesso em: 03 ago.2016.

VIEBIG, Ricardo Guilherme. Pesquisa científica e publicações. *Arq. Gastroenterol*, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 7-8, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0004-28032009000100006>>. Acesso em: 01 jun.2016.

WATGHIN, Gleb. Instituto de Física IGW – UNICAMP. *Pesquisa básica e aplicada*. Disponível em: <<http://portal.ifi.unicamp.br/pesquisa?showall=&start=1>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

WESTPHAL, Laure. O Transexualismo como suplência na Psicose. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 11-24, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982015000100002>>. Acesso em: 16 maio 2016.

